



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA

Estado de São Paulo

ANALISTA LEGISLATIVO

CONCURSO PÚBLICO
01/2018

NÃO ABRA ESTE CADERNO DE QUESTÕES ANTES QUE LHE PEÇAM.

AGUARDE AUTORIZAÇÃO PARA INICIAR A PROVA.

- ♣ Desligue o celular e outros aparelhos.
- ♣ Este **Caderno de Questões** contém **60 (sessenta) questões** da Prova do seu Cargo. Verifique se este caderno corresponde com a sua opção de inscrição.
- ♣ Procure responder as questões na ordem em que elas aparecem no **Caderno de Questões**. Responda a todas as questões.
- ♣ Os candidatos poderão levar consigo o caderno de questões restando 1 (uma) hora do término da prova.
- ♣ Você deve assinar a Folha de Respostas. Confira todos os seus dados (Nome, RG, Data de Nascimento) e assine no campo indicado para assinatura.
A não assinatura por parte do candidato na Folha de Respostas resultará na eliminação automática do mesmo.
- ♣ Para preenchimento da Folha de Respostas, utilize caneta esferográfica azul ou preta.
- ♣ Você deve assinalar na **Folha de Respostas** somente uma letra (alternativa) para cada questão.
- ♣ Preencha na Folha de Respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra escolhida conforme o exemplo:

--	--	--	--
- ♣ É vedado qualquer tipo de consulta e/ou comunicação durante a Prova.
- ♣ A prova terá duração de **4 horas**.
O tempo mínimo de permanência na sala é de **2 horas**.
- ♣ Os três últimos candidatos sairão simultaneamente da sala. Havendo insistência por parte do candidato em sair da sala, este será considerado desistente do Concurso Público.
- ♣ Deixe sobre a carteira **apenas** RG, Caneta, Lápis e Borracha.
- ♣ Qualquer dúvida, fale exclusivamente com o fiscal de sala.

BOA PROVA !

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

?

As questões de 01 a 10 tomam por base a Lei Orgânica do Município de São João da Boa Vista.

01

Assinale a alternativa que mantenha a correção gramatical e a coerência semântica corretamente.

- (A) O Legislativo e o Executivo são poderes do Município, independentes e harmônico entre si.
- (B) São bens do Município todas as coisas móveis e imóveis, direitos e ações que, à qualquer título, lhe pertença.
- (C) O Município têm por sede a cidade de São João da Boa Vista.
- (D) São símbolos do Município: a Bandeira, o Hino e o Brasão, descritos e regulamentados por Lei.

02

Assinale a alternativa em que a pontuação foi corretamente observada.

- (A) O Município poderá dividir-se para fins administrativos, em distritos, a serem criados, organizados, suprimidos, ou fundidos por lei, após consulta plebiscitária à população interessada, observada a lei complementar prevista no Art. 145, Parágrafo Único da Constituição do Estado de São Paulo.
- (B) O Município poderá dividir-se, para fins administrativos, em distritos a serem criados, organizados, suprimidos ou fundidos por lei após consulta plebiscitária à população interessada, observada a lei complementar prevista no Art. 145, Parágrafo Único da Constituição do Estado de São Paulo.
- (C) O Município poderá dividir-se, para fins administrativos, em distritos, a serem criados, organizados, suprimidos ou fundidos, por lei, após consulta plebiscitária à população, interessada, observada a lei complementar prevista no Art. 145 Parágrafo Único da Constituição do Estado de São Paulo.
- (D) O Município poderá dividir-se para fins administrativos em distritos a serem criados, organizados, suprimidos, ou fundidos por lei após consulta plebiscitária à população interessada observada a lei complementar prevista no Art. 145 Parágrafo Único da Constituição do Estado de São Paulo.

03

Considerando a passagem “São condições de elegibilidade para o mandato de Vereador o cumprimento das exigências da legislação federal pertinente”, se o redator optasse por substituir o termo em destaque pelo verbo obedecer, teríamos:

- (A) São condições de elegibilidade para o mandato de Vereador obedecer das exigências da legislação federal pertinente.

- (B) São condições de elegibilidade para o mandato de Vereador obedecer as exigências da legislação federal pertinente.
- (C) São condições de elegibilidade para o mandato de Vereador obedecer pelas exigências da legislação federal pertinente.
- (D) São condições de elegibilidade para o mandato de Vereador obedecer às exigências da legislação federal pertinente.

04

Em “O Vereador que não tomar posse na sessão prevista neste Art. deverá fazê-lo no prazo de 15 dias do início do funcionamento normal da Câmara, sob pena de perda de mandato, salvo motivo justo, aceito pela maioria absoluta dos Vereadores”, considerando os termos em destaque, é correto afirmar que:

- (A) É necessário o uso de uma vírgula apenas, antes do pronome relativo que, a fim de gerar maior organização textual.
- (B) Não é necessário o uso de vírgulas antes de nenhum dos dois termos, uma vez que a intenção é restringir um tipo específico de vereadores.
- (C) É necessário o uso de uma vírgula antes do pronome relativo que e de uma vírgula antes do verbo deverá, para melhor organizar o enunciado e explicar algo sobre o vereador.
- (D) A vírgula antes do verbo deverá é facultativa, uma vez que, se usada, daria ênfase especificamente àquele vereador que não tomar posse na sessão especificada.

05

Imagine que você é assistente legislativo da Câmara de São João da Boa Vista e foi solicitado que você reescreva a seguinte passagem da Lei Orgânica Municipal:

“As Comissões Parlamentares de Inquérito terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos no Regimento Interno, em matéria de interesse do Município, e serão criadas pela Câmara, mediante requerimento de 1/3 (um terço) de seus membros, aprovados por maioria absoluta, para apuração de fato determinado ou denúncia, em prazo certo, adequado à consecução dos seus fins, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores”.

Alterando a expressão em destaque pela sua forma no singular, assinale a alternativa que contenha a reescritura adequada.

- (A) A Comissão Parlamentar de Inquérito terá poder de investigação próprio das autoridades judiciais, além de outros previstos no Regimento Interno, em matéria de interesse do Município, e serão criadas pela Câmara, mediante requerimento de 1/3 (um terço) de seus membros, aprovados por maioria absoluta, para apuração de fato determinado ou denúncia, em prazo certo, adequado à consecução dos seus fins, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

- (B) A Comissão Parlamentar de Inquérito terá poder de investigação próprio das autoridades judiciais, além de outros previstos no Regimento Interno, em matéria de interesse do Município, e serão criadas pela Câmara, mediante requerimento de 1/3 (um terço) de seu membro, aprovado por maioria absoluta, para apuração de fato determinado ou denúncia, em prazo certo, adequado à consecução dos seus fins, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal do infrator.
- (C) A Comissão Parlamentar de Inquérito terá poder de investigação próprio das autoridades judiciais, além de outros previstos no Regimento Interno, em matéria de interesse do Município, e será criada pela Câmara, mediante requerimento de 1/3 (um terço) de seus membros, aprovados por maioria absoluta, para apuração de fato determinado ou denúncia, em prazo certo, adequado à consecução dos seus fins, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.
- (D) A Comissão Parlamentar de Inquérito terá poder de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos no Regimento Interno, em matéria de interesse do Município, e serão criadas pela Câmara, mediante requerimento de 1/3 (um terço) de seus membros, aprovados por maioria absoluta, para apuração de fato determinado ou denúncia, em prazo certo, adequado à consecução dos seus fins, sendo sua conclusão, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

06

Assinale a alternativa correta segundo a gramática normativa.

- (A) A iniciativa das leis cabe à qualquer vereador, ao prefeito e ao eleitorado, que a exercerá sob a forma de moção articulada, subscrita, no mínimo, por cinco por cento dos eleitores do Município.
- (B) O Prefeito, considerando o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional, ou contrário ao interesse público, vetá-lo-ão total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contado da data de recebimento, só podendo serem rejeitados pelo voto da maioria absoluta dos Vereadores, em escrutínio aberto.
- (C) A matéria constante do projeto de lei rejeitados somente poderão constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara.
- (D) O controle externo da Câmara será exercido com auxílio do Tribunal de Contas do Estado e compreenderá a apreciação das Contas do Prefeito e da Mesa da Câmara, o acompanhamento das atividades financeiras e orçamentárias do Município, o desempenho das funções de auditoria financeira e orçamentária, bem como julgamento das contas dos administrados e dos demais responsáveis por bens e valores públicos.

07

Ainda como assessor legislativo da Câmara, você ficou responsável pela reescritura de outra passagem da Lei Orgânica, a fim de ajustá-la à gramática normativa, dado o grau de formalidade exigido: “A lei fixará os limites máximos de remuneração e contribuição previdenciária e benefício de aposentadoria dos servidores públicos estatutários e a relação entre a maior e a menor remuneração, observados como limite máximo, o valor equivalente a 12 (doze) vezes o Piso da Categoria, definido como o vencimento inicial correspondente a Referência 01 da Classe de Vencimentos 01 do Grupo Ocupacional Operacional constante da tabela A do anexo II da Lei 670/92”. Assinale a alternativa em que esses ajustes são feitos, respeitando os princípios de **coesão e de coerência**, necessários a esse gênero textual.

- (A) A lei fixará o limite máximo de remuneração, de contribuição previdenciária e de benefício de aposentadoria dos servidores públicos estatutários e a relação entre a maior e a menor remuneração, observado, como limite máximo, o valor equivalente a 12 (doze) vezes o Piso da Categoria, definido como o vencimento inicial correspondente a Referência 01 da Classe de Vencimentos 01 do Grupo Ocupacional Operacional constante da tabela A do anexo II da Lei 670/92.
- (B) A lei fixará limites máximos de remuneração e contribuição previdenciária e benefício de aposentadoria dos servidores públicos estatutários e a relação entre a maior e a menor remuneração, observados como limite máximo, o valor equivalente a 12 (doze) vezes o Piso da Categoria, definidos como o vencimento inicial correspondente a Referência 01 da Classe de Vencimentos 01 do Grupo Ocupacional Operacional constante da tabela A do anexo II da Lei 670/92.
- (C) A lei fixará um limite máximo de remuneração e contribuição previdenciária e benefício de aposentadoria dos servidores públicos estatutários e a relação entre as maiores e as menores remunerações, observados como limite máximo, o valor equivalente a 12 (doze) vezes o Piso da Categoria, definido como o vencimento inicial correspondente a Referência 01 da Classe de Vencimentos 01 do Grupo Ocupacional Operacional constante da tabela A do anexo II da Lei 670/92.
- (D) A lei fixará qualquer limite máximo de remuneração e de contribuição previdenciária e de benefício de aposentadoria dos servidores públicos estatutários e a relação entre a maior e a menor remuneração, observados como limite máximo, o valor equivalente a 12 (doze) vezes o Piso da Categoria, definido como o vencimento inicial correspondente a Referência 01 da Classe de Vencimentos 01 do Grupo Ocupacional Operacional constante da tabela A do anexo II da Lei 670/92.

08

Assinale a alternativa correta em adequação à gramática normativa.

- (A) Fica vedada a nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica

investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão, de confiança ou de função gratificada, de nomeação e exoneração livres, na administração pública direta e na indireta em qualquer dos poderes do Município, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas.

- (B) A iniciativa das leis cabem a qualquer vereador, ao prefeito e ao eleitorado, que a exercerá sob a forma de moção articulada, subscrita, no mínimo, por cinco por cento dos eleitores do Município.
- (C) A matéria constante do projeto de lei rejeitados somente poderão constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante à proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara.
- (D) A fiscalização contábil, financeira e orçamentária do Município serão exercida pela Câmara Municipal, mediante ao controle externo e pelos sistemas de controle interno do Executivo, instituídos em lei.

09

Novamente como assessor legislativo, você terá de reescrever a passagem “As contas do Município ficarão, durante sessenta dias, anualmente, a disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da legislação federal pertinente”, dando a ela coesão, coerência e correção gramatical. Assinale a alternativa corretamente adequada a esses critérios.

- (A) As contas do Município ficarão, durante sessenta dias, anualmente, a disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, ao qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da legislação federal pertinente.
- (B) As contas do Município ficarão, durante sessenta dias, anualmente, a disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá, questionar-lhes a legitimidade, nos termos da legislação federal pertinentes.
- (C) As contas do Município ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-las a legitimidade, nos termos da legislação federal pertinente.
- (D) As contas do Município ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da legislação federal pertinente.

10

Considerando a passagem “Os atos e procedimentos administrativos, qualquer que seja os seus objetivos, deverá observar, entre outros requisitos de validade, e igualdade entre os administrados e o devido processo legal, especialmente quanto a exigência da publicidade, do contraditório, da ampla defesa e do despacho ou decisão motivado”, assinale a alternativa em que ela esteja corretamente redigida, segundo as normas gramaticais.

- (A) Os atos e procedimentos administrativos, qualquer que seja os seus objetivos, deverá observar, entre outros requisitos de validade e igualdade entre os administrados e o devido processo legal,

especialmente quanto a exigência da publicidade, do contraditório da ampla defesa e do despacho ou decisão motivado.

- (B) Os atos e procedimentos administrativos, quaisquer que sejam os seus objetivos, deverão observar, entre outros requisitos, o de validade e o de igualdade entre os administrados e o devido processo legal, especialmente quanto à exigência da publicidade, do contraditório, da ampla defesa e do despacho ou decisão motivados.
- (C) Os atos e procedimentos administrativos, qualquer que sejam os seus objetivos, deverá observar entre outros requisitos de validade e o de igualdade, entre os administrados, e o devido processo legal especialmente quanto a exigência da publicidade, do contraditório, da ampla defesa e do despacho ou decisão motivado.
- (D) Os atos e procedimentos administrativos quaisquer que sejam os seus objetivos, deverá observar, entre outros, os requisitos de validade e o de igualdade entre os administrados, e o devido processo legal especialmente quanto a exigência da publicidade, do contraditório, da ampla defesa e do despacho ou decisão motivados.

11

Você é assessor legislativo e chega às suas mãos uma emenda à Lei Orgânica do Município. O artigo 1º está assim redigido: “Fica o artigo 25 da Lei Orgânica do Município acrescido do parágrafo 3º que tem a seguinte redação: (...)”. Você localiza um problema gramatical e reescreve a passagem, que corretamente assume a seguinte redação:

- (A) Fica o artigo 25 da Lei Orgânica do Município, acrescido do parágrafo 3º que tem a seguinte redação: (...)
- (B) Fica o artigo 25 da Lei Orgânica do Município acrescido ao parágrafo 3º que tem a seguinte redação: (...)
- (C) Fica o artigo 25 da Lei Orgânica do Município acrescido do parágrafo 3º, que tem a seguinte redação: (...)
- (D) Fica o artigo 25, da Lei Orgânica do Município, acrescido do parágrafo 3º que tem a seguinte redação: (...)

12

Na sequência, a mesma emenda está redigida da seguinte forma: “§ 3º - Até o dia 30 de junho de cada sessão legislativa, o vereador deverá apresentar a declaração de bens atualizados ou cópia da declaração anual de bens apresentados a Receita Federal com as necessárias atualizações sobre pena de retenção dos subsídios a partir de 1º de julho do corrente ano, até que regularize a sua situação junto ao setor administrativo da Câmara Municipal”. Para manter a clareza, a correção gramatical e a coerência, você deveria reescreve-la de qual maneira?

- (A) § 3º - Até o dia 30 de junho de cada sessão legislativa, o vereador deverá apresentar a declaração de bens atualizada ou a cópia da declaração anual de bens apresentada à Receita Federal com as necessárias atualizações, sob pena de retenção dos subsídios a partir de 1º de julho do

respectivo ano, até que regularize sua situação junto ao setor administrativo da Câmara Municipal.

- (B) § 3º - Até o dia 30 de junho de cada sessão legislativa, o vereador deverá apresentar à declaração de bens atualizada ou a cópia da declaração anual de bens apresentados a Receita Federal com as necessárias atualizações, sobre pena de retenção dos subsídios, a partir de 1º de julho do respectivo ano até que regularize sua situação, junto ao setor administrativo da Câmara Municipal.
- (C) § 3º - Até o dia 30 de junho de cada sessão legislativa, o vereador deverá apresentar a declaração de bens atualizada ou cópia da declaração anual de bens apresentados à Receita Federal, com as necessárias atualizações, sob pena de retenção dos subsídios, a partir de 1º de julho do respectivo ano, até que a sua situação junto ao setor administrativo da Câmara Municipal seja regularizada de qualquer forma.
- (D) § 3º - Até o dia 30 de junho, de cada sessão legislativa, o vereador deverá apresentar a declaração de bens atualizados ou a cópia da declaração anual de bens, apresentada a Receita Federal com as necessárias atualizações, sob pena de retenção dos subsídios, a partir de 1º de julho do ano administrativo, até que ele regularize sua situação junto ao setor administrativo da Câmara Municipal.

13

Na sequência da mesma emenda, há a seguinte passagem: “**Artigo 2º:- Essa Emenda entra em vigor na data da publicação da mesma**”. A você cabe redigi-la novamente, e você o faz da seguinte forma:

- (A) A Emenda entra em vigor na data de publicação dela.
- (B) À Emenda entra em vigor na data de publicação dela.
- (C) Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.
- (D) Essa Emenda entraria em vigor na data da sua publicação.

14

Uma das definições de **DEMOCRACIA**, constante no dicionário **Houaiss**, é: “**governo no qual o povo toma as decisões importantes a respeito das políticas públicas, não de forma ocasional ou circunstancial, mas segundo princípios permanentes de legalidade**”. Assim, o termo sublinhado estabelece, em relação à oração anterior, ideia de:

- (A) Adversatividade
- (B) Conclusão
- (C) Finalidade
- (D) Alternatividade

Texto para as questões de 15 a 18.

Lei de 30 de novembro de 1922
N. 265
Prohibe a venda de leite em vasilhame de côr escura.

O doutor José Procópio de Andrade Junior, prefeito municipal de São João da Boa Vista,
faz saber que a Comarca Municipal decretou e sancionou a seguinte lei:
Artigo 1º - Fica prohibida, nesta cidade em villa de Cascavel, a venda de leite para o consumo publico, em vasilhame de côr escura, sendo só permittidas as vasilhas de côr clara do typo adoptado pelo Serviço Sanitario. Pena: multa de 20\$000, digo, de 10\$000, na primeira vez, e o dobro nas reincidencias.
Artigo 2º - A presente lei entrará em vigôr trinta dias depois da sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.
São João da Boa Vista, 30 de novembro de 1922.
J. Procópio de Andrade Junior.
José Andrade.

Lei de 30 de novembro de 1922
N. 265
Taxa de imposto, por cinco annos, os predios que, a partir de 1º de janº de 1923, se construírem na Villa de Joazeiro, no terreno de jurmuna de arce.

A imagem acima é de uma lei ordinária, de 1922, disponível a consultas no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo, da Câmara Municipal de São João da Boa Vista.

Para melhor compreensão, segue a transcrição abaixo:

“Lei de 30 de novembro de 1922

Prohibo a venda de leite em vasilhame de côr escura

O doutor José Procópio de Andrade Junior, prefeito municipal de São João da Boa Vista, etc

Faço saber que a Comarca Municipal decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica prohibida, nesta cidade em villa de Cascavel, a venda de leite para o consumo publico, em vasilhame de côr escura, sendo só permittidas as vasilhas de côr clara do typo adoptado pelo Serviço Sanitario.

Pena: multa de 20\$000, digo, de 10\$000, na primeira vez, e o dobro nas reincidencias.

Artigo 2º - A presente lei entrará em vigôr trinta dias depois de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

(...)”

15

Sobre a lei, é correto afirmar que:

- (A) É desnecessário e ultrapassado que uma lei aborde temas como o retratado ali.
- (B) Ela retrata os contextos social e cultural em que foi produzida, tentando resolver necessidades sociais daquele momento.
- (C) É completamente parcial, o que fere o princípio da igualdade política.

- (D) Além de ser ultrapassada, está redigida em desacordo com a gramática normativa.

16

Em “*Pena: multa de 20\$000, digo, de 10\$000, na primeira vez, e o dobro nas reincidências*”, sobre o termo em destaque é correto afirmar que:

- (A) Foi usado para reforçar o valor a ser pago.
 (B) Serve para explicar como o valor seria pago.
 (C) Foi usado para corrigir o que foi dito.
 (D) Foi usado para atenuar o valor da multa.

17

Se, na passagem “*Revogam-se as disposições em contrário*”, a expressão em destaque fosse substituída por *a lei anterior*, mantendo o mesmo tempo e o mesmo modo verbal, teríamos:

- (A) Revoga-se a lei anterior.
 (B) Revogam-se a lei anterior.
 (C) Revogou-se a lei anterior.
 (D) Revogaram-se a lei anterior.

18

Considerando a passagem “*Fica proibida, nesta cidade em villa de Cascavel, a venda de leite para o consumo publico, em vasilhame de côr escura, sendo só permittidas as vasilhas de côr clara do typo adoptado pelo Serviço Sanitário*”, assinale a alternativa que contenha uma possibilidade de reescritura dessa passagem segundo os padrões atuais da gramática normativa.

- (A) Fica proibido, nessa cidade em vila de Cascavel, a venda de leite para o consumo público, em vasilhame de cor escura, sendo só permitido as vasilhas de cor clara do tipo adotada pelo Serviço Sanitário.
 (B) Fica proibida, nesta cidade na vila de Cascavel, a venda de leite, para o consumo público, em vasilhame de cor escura, sendo só permitidas as vasilhas de cor clara do tipo adotado pelo Serviço Sanitário.
 (C) Fica proibido, nesta cidade na vila de Cascavel, a venda de leite para o consumo público em vasilhame de cor escura, sendo só permitido as vasilhas de cor clara do tipo adotado pelo Serviço Sanitário.
 (D) Fica proibido nesta cidade em vila de Cascavel a venda de leite para o consumo público, em vasilhame de cor escura, sendo só permitida as vasilhas de cor clara, do tipo adotado pelo Serviço Sanitário.

19

Assinale a alternativa gramaticalmente correta.

- (A) O princípio da preeminência do poder legislativo, fica destituído de fundamento, visto que haver ocorrido um desvio do poder do Parlamento para o aparelho burocrático e à autonomia do executivo.
 (B) Em síntese, a análise das Formas de Governo atende à dinâmica das relações entre o poder executivo e o poder legislativo e obedece, em particular, às modalidades de eleição dos dois organismos.

- (C) A atividade legislativa é, de todas sem dúvida a mais típica do Parlamento moderno, tanto que ele é definido por antonomásia por “poder legislativo”.
 (D) Portanto, o poder constituinte é um poder superior ao poder legislativo, sendo precisamente à Constituição o ato que, instaurando o Governo, lhe regula e lhe limita.

20

Considere a seguinte passagem do verbete *Estado Moderno*, presente no primeiro volume do *Dicionário de Política*, de Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino, publicado pela Editora UNB.

“*A passagem da esfera da legitimidade para a esfera da legalidade assinalou, dessa forma, uma fase ulterior do Estado moderno, a do Estado de direito*”

O termo em destaque poderia ser substituído, sem alteração de sentido, por:

- (A) Anterior
 (B) Precedente
 (C) Posterior
 (D) Ceterior

RACIOCÍNIO LÓGICO**??****21**

Em uma rua há cinco casas ladeadas e cada pessoa vive sozinha em sua própria casa. Roberta é vizinha de Gabriel. Bruno é vizinho de Júlia que, por sua vez, é vizinha de Roberta. Se Letícia é vizinha de Bruno, pode-se afirmar que:

- (A) Bruno é vizinho de Gabriel.
 (B) Letícia é vizinha de Gabriel.
 (C) Letícia só tem um vizinho.
 (D) Bruno só tem um vizinho.

ÁREA PARA RASCUNHO

22

Um pedreiro montou duas pilhas de tijolos e percebeu que a distribuição estava desigual. Para dividir igualmente o número de tijolos entre as duas pilhas, seria preciso apenas passar um tijolo da maior pilha para a outra, pois se fosse feito o contrário, a maior pilha ficaria com o dobro de tijolos. Quantos tijolos havia na maior pilha?

- (A) 2
- (B) 3
- (C) 5
- (D) 7

ÁREA PARA RASCUNHO

ÁREA PARA RASCUNHO

23

Considerando que N seja um número natural de um algarismo e que na equação $9N - N9 = X$, onde N compõe números de algarismos não repetidos, ele desempenha função de unidade e dezena, respectivamente, pode-se afirmar:

- (A) O resultado da subtração entre dezena e unidade de X será sempre maior que zero.
- (B) O resultado da subtração entre dezena e unidade de X pode ser igual a zero.
- (C) O resultado da soma entre unidade e dezena de X será sempre igual a 9.
- (D) O resultado da soma entre unidade e dezena de X será sempre múltiplo de 2.

ÁREA PARA RASCUNHO

ÁREA PARA RASCUNHO

24

Investigando um compêndio matemático do passado, um pesquisador encontrou a seguinte ordem de proposições:

- I. $x^2 + 5x + 6 = 0$, se $x = -2$ ou $x = -3$
- II. $y^2 - 15 = 1$, se e somente se $y = \pm 4$
- III. $\alpha \geq \beta$, se e somente se $\theta = 1$
- IV. $\lambda < \theta$, se $x - 1 \neq y$ ou se $y \geq x$

Sabendo que $\alpha = 3$, $\beta = 1$ e $\lambda = 2$, qual conclusão lógica válida foi possível extrair dessas informações?

- (A) O resultado da soma de x mais y é igual a -7 .
- (B) A variável x possui dois valores válidos e y apenas um valor válido.
- (C) Tanto x quanto y possuem, cada uma das variáveis, dois valores igualmente válidos.
- (D) Faltam dados para auferir a validade lógica da terceira proposição.

ÁREA PARA RASCUNHO

25

Observe a sequência numérica abaixo e responda.

2, 3, 5, 7, 11, 13, ?, ...

Qual número preenche a posição seguinte ao 13 na sequência?

- (A) 15
- (B) 17
- (C) 19
- (D) 23

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

26

Desde o desenvolvimento dos primeiros sistemas operacionais destinados a usuários comuns, os ambientes gráficos trazem a *área de trabalho* como um conceito de fácil assimilação, na medida em que porta analogia a uma mesa de trabalho real, e, nesse quesito, uma novidade bastante útil da versão 10 do *Windows* é a possibilidade de criar várias áreas de trabalho. Entre as alternativas seguintes, assinale a única que não apresenta uma utilidade válida para a funcionalidade de múltiplas áreas de trabalho.

- (A) Separar aplicativos abertos para fins profissionais e pessoais.
- (B) Armazenar arquivos por tema ou afinidade de conteúdo.
- (C) Preparar ambientes para apresentação de negócios.
- (D) Organizar os projetos em andamento e não relacionados.

27

A imagem abaixo apresenta uma planilha simplificada com registros de id, nome completo e número de matrícula dos funcionários. Além dos registros, pode-se ver um campo onde é possível pesquisar o número de matrícula do funcionário a partir da entrada de seu nome. A função utilizada no *Microsoft Excel*, para localizar um valor entre determinado conjunto de células, foi a *PROCV*, que recebe os seguintes parâmetros: valor_procurado; matriz_tabela; núm_índice_coluna; [procurar_intervalo].

	A	B	C
1	ID	Nome Completo	Matrícula
2	1	Alessandra Silva	125689
3	2	Bruna Andrade	637890
4	3	Claudio Silveira	438754
5	4	Eder Martins	327456
6	5	Fabiana Nascimento	227845
7	6	Gustavo Oliveira	135421
8			
9			
10	Pesquisa de Matrícula		
11	Digite o nome do funcionário:		Claudio Silveira
12	Número da matrícula:		=(PROCV(C11;B2:C7; ??? ;FALSO))
13			

Com base nessas informações, assinale a alternativa que preenche a função corretamente, de modo a retornar o número da matrícula correspondente ao nome do funcionário digitado.

- (A) C2:C7
- (B) C4
- (C) 3
- (D) 2

28

Os ícones de atalho na *barra de tarefas* auxiliam bastante a produtividade e fluidez na experiência de uso do sistema operacional, no entanto, um ou outro programa requerido pode não estar presente entre os ícones ali fixados. Nessa situação, qual o procedimento necessário para se abrir um programa que não tenha ícone fixado na *barra de tarefas* do *Windows 7*?

- (A) Clicar com o botão principal do mouse sobre o *Botão Iniciar* da *Barra de tarefas*, selecionar o menu *Todos os programas* e escolher o programa desejado.
- (B) Clicar com o botão auxiliar do mouse sobre a *Área de notificação*, selecionar a opção *Iniciar programa* e, em seguida, selecionar o software desejado na lista de programa disponíveis.
- (C) Pressionar a combinação das teclas de atalho *Windows + P* e selecionar o software desejado na lista de programa disponíveis.
- (D) Pressionar a combinação das teclas de atalho *Ctrl + P*, selecionar a opção *Iniciar* e, em seguida, escolher o programa desejado.

29

Atenta à necessidade de aprimorar a experiência do usuário com o *browser* nativo do seu sistema operacional, a *Microsoft* lançou na versão 10 do *Windows* um novo navegador que promete melhor integração, desempenho e segurança e, num futuro próximo, pretende substituir totalmente o *Internet Explorer*. Qual o novo navegador padrão da *Microsoft* presente na versão 10 do *Windows*?

- (A) Ópera
- (B) Edge
- (C) Safari
- (D) Chrome

30

Ao sair para o almoço, uma funcionária selecionou a opção *Suspend* no botão de energia de seu *Windows 10*. Em relação a esse procedimento, pode-se dizer que:

- (A) O sistema operacional suspendeu o *login* da conta, encerrando plenamente a sessão de usuário, inclusive os aplicativos em execução.
- (B) O sistema operacional apenas bloqueou o acesso aos seus recursos, mantendo normalmente em atividade os aplicativos em execução e os componentes do computador.
- (C) O sistema operacional entrou em modo de baixo consumo de energia, mas manteve na memória o seu estado e o dos aplicativos em execução, não desligando completamente.
- (D) O sistema operacional, os aplicativos em execução e as atividades de todos os componentes do computador foram completamente desligados.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****31**

Em relação à figura da extinção do ato administrativo, tem-se a retirada como uma de suas formas. E, quanto a retirada, dentre suas espécies, tem-se a anulação e a revogação. Sobre a anulação e a revogação do ato administrativo, analise as frases abaixo e responda.

- I - O ato administrativo posterior, responsável por declarar a nulidade ou revogação do ato administrativo anterior, sempre dependerá de critério de conveniência e oportunidade, bem como, sempre deverá ser fundamentado.
- II - O ato administrativo anterior pode ser retirado por revogação ou anulação declarada pelo próprio poder público responsável. Se tal poder público não praticar o ato de anulação ou revogação, o poder judiciário, caso seja provocado a fazê-lo, se entender que estão presentes os pressupostos para revogação ou anulação, determinará que a administração fazendária o faça, desde que mediante sentença fundamentada e transitada em julgado.
- III - A revogação pode operar com efeito *ex tunc* ou *ex nunc*. Se operar com efeito *ex tunc*, o ato administrativo anteriormente praticado não terá produzido efeito algum.

Das frases acima, está(ão) incorreta(s) apenas aquela(s) que consta(m) em:

- (A) I.
- (B) II.
- (C) I e III.
- (D) I, II e III.

32

Sobre o poder de polícia praticado pela administração pública, analise as frases abaixo e responda.

- I - O alvará é uma forma de manifestação do exercício do poder de polícia. Uma de suas espécies é o alvará de licença, que tem como principal característica o fato de ser um ato administrativo vinculado, ou seja, uma vez que a pessoa preenche os requisitos previstos em lei, a Fazenda Pública é obrigada a conceder a licença.
- II - O alvará é uma forma de manifestação do exercício do poder de polícia. Uma de suas espécies é a autorização, que tem como principal característica o fato de ser um ato administrativo discricionário. Aqui, a autorização pode ser negada ou recusada pela Administração, tendo em vista que esta possui o poder de analisar o caso concreto e considerar a concessão da autorização conveniente e oportuna, conforme seu próprio juízo de valor.
- III - Ambas as espécies de alvará (licença e autorização), são atos administrativos vinculados.
- IV - O poder de polícia não é manifestado através da concessão de alvará, já que este tipo de poder

apenas se refere a atos de repressão e não de controle.

Das frases, está(ão) correta(s) apenas aquela(s) que consta(m) em:

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) III.
- (D) IV.

33

Com relação à estrutura da Administração Pública, analise as frases abaixo e responda.

- I - As autarquias são criadas por lei, tem personalidade jurídica pública, capacidade de autoadministração, especialização dos fins ou atividades, objetivo de desempenho de serviço público descentralizado e sujeição ao controle ou tutela nos limites da lei.
- II - As sociedades anônimas de capital aberto e as sociedades de economia mista são pessoas jurídicas de direito público da administração direta.
- III - A natureza jurídica do Distrito Federal é de autarquia, já que não é nem um estado e nem um município, logo, não é uma pessoa jurídica de direito público que faz parte da administração pública direta.

Das frases acima, está(ão) incorreta(s) apenas aquela(s) que consta(m) em:

- (A) I, II e III.
- (B) II e III.
- (C) III.
- (D) I e II.

34

Com relação à competência para regulamentar o orçamento público, analise as frases abaixo e responda segundo previsão contida na Constituição Federal.

- I - As leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão as diretrizes orçamentárias.
- II - A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- III - Ainda que não previsto na lei orçamentária, é permitido ao poder executivo iniciar obras, programas ou projetos bem como a realização de despesas ou a assunção de obrigações cujos Estados ou Municípios não conseguiram honrar.

Das frases acima, está(ão) incorreta(s) apenas aquela(s) que consta(m) em:

- (A) I.
- (B) I e II.

- (C) III.
- (D) II e III.

35

Os entes políticos municipais, estaduais e federais têm competência para legislar sobre determinados temas. Essa competência ora é comum ora é exclusiva. Das opções abaixo, aponte aquela que apresenta um rol de matéria cuja competência para legislar é exclusiva da União.

- (A) Direito do trabalho, direito civil, direito penal e direito militar.
- (B) Direito marítimo, direito espacial, produção, consumo e custas de serviço forense.
- (C) Florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza e defesa do solo.
- (D) Proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;

36

Com relação ao processo legislativo, segundo prevê a Constituição Federal, analise as assertivas abaixo e responda.

O processo legislativo compreende a elaboração de:

- I - emendas à Constituição e leis complementares.
- II - leis ordinárias e leis delegadas.
- III - medidas provisórias, resoluções e decretos legislativos.

Das afirmações acima, está(ão) correta(s) apenas aquela(s) que consta(m) em:

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) II e III.
- (D) I, II e III.

37

Segundo a Lei nº 8.429/92, Lei de Improbidade Administrativa, ao agente público condenado pela prática ilícita nela prevista, podem ser aplicadas, isolada ou cumulativamente, a depender da gravidade do ato, as seguintes penas:

- 1) Perda da função pública.
- 2) Perda de bens acrescidos ilicitamente ao patrimônio.
- 3) Ressarcimento integral do dano, quando houver.
- 4) Proibição perpétua de contratar com o poder público.
- 5) Perda dos direitos políticos.
- 6) Multas.

Das 6 medidas punitivas afirmadas acima, assinale aquela(s) que se mostra(m) incorreta(s).

- (A) nº 1 apenas.
- (B) nº 4 apenas.
- (C) nº 4 e 5 apenas.
- (D) nº 1, 4 e 5 apenas.

38

Segundo a Lei nº 8.429/92, Lei de Improbidade Administrativa, analise as frases abaixo e responda.

- I - O Ministério Público, se não intervir no processo de ação civil de improbidade administrativa como parte, atuará obrigatoriamente, como fiscal da lei, sob pena de nulidade.
- II - O particular que não tem vínculo com a administração pública somente pode sofrer as sanções previstas na Lei de improbidade administrativa se for beneficiário direto do ato de improbidade.
- III - Qualquer cidadão pode representar administrativamente para que seja instaurada investigação destinada a apurar prática de ato de improbidade, e a comissão processante responsável pela apuração deve dar conhecimento do procedimento administrativo ao Ministério Público e ao respectivo tribunal ou conselho de contas.
- IV - A perda e o afastamento, ainda que provisório, de cargo, emprego ou função pública, e a suspensão dos direitos políticos, em razão da prática de ato de improbidade, somente podem efetivar-se após o trânsito em julgado da sentença condenatória.

Das afirmações acima, está(ão) correta(s) apenas a(s) constante(s) em:

- (A) I, II e III.
- (B) I e III.
- (C) I, II e IV.
- (D) I, II, III e IV.

39

Analise as frases abaixo, relacionadas à Lei nº 8.429/92, Lei de Improbidade Administrativa, e responda.

- I - Frustrar a licitude de concurso público.
- II - Deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo.
- III - Revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço.
- IV - Utilizar, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou à disposição da União, estados, Distrito Federal ou municípios, bem como o trabalho de servidores públicos, empregados ou terceiros contratados por essas entidades.

Todas as hipóteses acima enquadram-se como atos que importem improbidade administrativa, porém, apenas uma delas se caracteriza por ato de improbidade que se destaca em provocar ao agente improprio o enriquecimento ilícito. Esta hipótese está prevista na alínea:

- (A) I.

- (B) II.
- (C) III.
- (D) IV.

40

Segundo a Lei nº 8.429/92, Lei de Improbidade Administrativa, várias penas podem ser aplicadas aos agentes públicos que incorrerem nas práticas proibidas descritas.

Como condição para aplicação destas penas:

- I - é preciso que efetivamente haja dano ao patrimônio público.
- II - as contas públicas devem ser rejeitadas pelo Tribunal de Conta responsável por sua aferição.
- III - todas penas só serão exigidas do agente improprio após o trânsito em julgado da decisão condenatória.

Das três afirmações, qual(is) está(ão) incorreta(s)?

- (A) Todas estão incorretas.
- (B) Somente a afirmação nº I.
- (C) Somente a afirmação nº III.
- (D) Somente as afirmações nº II e III.

41

A Lei nº 9.784/99 regulamenta o Processo Administrativo. Conforme disposto em seu texto, nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de:

- I - atuação conforme a lei municipal e os usos e costumes da região.
- II - atendimento a fins de interesse geral, sempre se estimulando a transação e renúncia total ou parcial de poderes ou competências.
- III - atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé.

Das afirmações, está(ão) correta(s) apenas aquela(s) contida(s) em:

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) II e III.

42

Segundo estabelece a Lei nº 9.784/99 que regulamenta o instituto do Processo Administrativo, analise as frases abaixo e assinale a incorreta:

- (A) O processo administrativo pode iniciar-se de ofício ou a pedido de interessado.
- (B) O requerimento inicial do interessado, salvo casos em que for admitida solicitação oral, deve ser formulado por escrito.
- (C) É vedada a Administração Pública elaborar modelos ou formulários padronizados para assuntos que importem pretensões equivalentes.
- (D) Quando os pedidos de uma pluralidade de interessados tiverem conteúdo e fundamentos

idênticos, poderão ser formulados em um único requerimento, salvo preceito legal em contrário.

43

Sobre o impedimento e a suspeição da autoridade ou servidor responsável pelo julgamento do processo administrativo, conforme previsto pela Lei nº 9.784/99, analise as frases abaixo e responda.

- I - É impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que tenha participado ou venha a participar como perito, testemunha ou representante, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau.
- II - A autoridade ou servidor que incorrer em impedimento deve comunicar o fato à autoridade competente, abstendo-se de atuar. A omissão do dever de comunicar o impedimento constitui falta grave, para efeitos disciplinares.
- III - O indeferimento de alegação de suspeição poderá ser objeto de recurso, sem efeito suspensivo.

Das assertivas, está(ão) correta(s) apenas aquela(s) que consta(m) em:

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) II.
- (D) I, II e III.

44

A Lei nº 9.784/99 regula o Processo Administrativo. Das assertivas abaixo, analise e assinale a alternativa que se apresenta correta.

- (A) Da decisão proferida em processo administrativo, não cabe recurso.
- (B) Uma vez instaurado um processo administrativo, a lei veda a sua desistência. Assim, obrigatoriamente o processo será conduzido até a sua solução final.
- (C) Os prazos contados nos processos administrativos, caso seu vencimento ocorra em dia em que não houver expediente ou este for encerrado antes da hora normal, deverá ser antecipado para o dia útil anterior.
- (D) Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.

45

A Lei nº 12.527/11 regulamenta o direito de acesso a informações. Com base na legislação apontada, analise as assertivas abaixo e responda.

- I - O acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais não pode ser negado, mas, as informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas durante o regime

militar poderão ser objeto de restrição de acesso.

- II - A classificação do sigilo de informações em grau de ultraconfidencialidade, no âmbito da administração pública federal é de competência exclusiva e indelegável do Presidente da República.
- III - É dever do Estado controlar o acesso e a divulgação de informações sigilosas produzidas por seus órgãos e entidades, assegurando a sua proteção.

Das assertivas, está(ão) correta(s) apenas aquela(s) que consta(m) em:

- (A) II.
- (B) III.
- (C) II e III.
- (D) I, II e III.

46

A matéria pertinente ao direito de informação, além de respaldo no art. 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, é regulada pela Lei nº 12.527/11. Assim sendo, com base nos respectivos dispositivos legais, analise as alternativas abaixo e marque a opção correta.

- (A) O direito de acesso a informações só se aplica em face da União.
- (B) O direito de acesso a informações só se aplica em face das pessoas jurídicas de direito público, a saber, União, Distrito Federal, Estados e Municípios.
- (C) O direito de acesso a informações se aplica as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
- (D) O direito de acesso a informações não se aplica as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades, desde que sejam apenas indiretamente controladas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

47

Com relação aos direitos sociais, a Constituição Federal traz uma série de regras a respeito do tema.

Analise, portanto, as assertivas abaixo e responda assinalando a opção correta.

- I - É livre a associação profissional ou sindical e a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.
- II - É vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, podendo ser inferior à área de um Município.

III - Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.

Das assertivas acima, está(ão) correta(s) apenas aquela(s) constante(s) em:

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) I, II e III.

48

Com relação aos direitos e deveres individuais e coletivos, prevê a Constituição Federal em seu artigo 5º que *“todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes”*:

- I - Não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.
- II - Ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente.
- III - Ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal.
- IV - Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.
- V - São inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos.

As assertivas acima são disposições extraídas dentre os setenta e oito incisos previstos no art. 5º e está(ão) correta(s) apenas aquela(s) que consta(m) em:

- (A) II e III.
- (B) I e II.
- (C) II, III, e V.
- (D) I, II, III, IV e V.

49

Com relação ao poder constituinte derivado, o art. 60 da Constituição Federal prevê a possibilidade de promulgação de emendas. A finalidade das emendas constitucionais é permitir que, no decorrer dos anos, a Constituição sofra alteração em sua redação original, de modo que, conforme surjam necessidades da sociedade e os costumes-valores se modifiquem, o legislador adequa a letra constitucional à realidade da época vivenciada. Contudo, a própria Constituição prevê que algumas matérias não podem ser alvo de emenda constitucional e prevê, ainda, que a depender do cenário político-jurídico pelo qual a sociedade passa, a emenda constitucional também não poderá ser feita. Assim, analise as assertivas abaixo e identifique em qual circunstância a Constituição Federal não poderá sofrer emenda.

- I - Na vigência de intervenção federal.
- II - Na vigência de estado de sítio.

III - Na vigência de estado de defesa.

Dentre as hipóteses acima mencionadas, está(ão) correta(s) apenas aquela(s) que consta(m) em:

- (A) I, II e III.
- (B) II e III.
- (C) I e II.
- (D) I.

50

Na medida em que se fundamenta no regramento jurídico, é permitido ao vereador licenciar-se. Através dos parâmetros elencados no artigo 22 da Lei Orgânica do Município local, assinale a alternativa correta.

- (A) O Vereador poderá licenciar-se sem remuneração, para tratar, de interesses particulares, desde que o afastamento não ultrapasse 30 (trinta) dias por sessão legislativa.
- (B) O Vereador poderá licenciar-se sem remuneração, para tratar, de interesses particulares, desde que o afastamento não ultrapasse 60 (sessenta) dias por sessão legislativa.
- (C) O Vereador poderá licenciar-se sem remuneração, para tratar, de interesses particulares, desde que o afastamento não ultrapasse 90 (noventa) dias por sessão legislativa.
- (D) O Vereador poderá licenciar-se sem remuneração, para tratar, de interesses particulares, desde que o afastamento não ultrapasse 120 (cento e vinte) dias por sessão legislativa.

51

No que tange a vereança, com fundamento na Lei Orgânica do Município local, assinale a alternativa incorreta.

- (A) O Vereador é representante da comunidade, devendo participar dos trabalhos da Câmara, usando de suas prerrogativas exclusivamente para o atendimento do interesse público.
- (B) O Vereador é inviolável no exercício do mandato e na circunscrição do Município, por suas opiniões, palavras e votos.
- (C) O Vereador, no exercício de seu mandato, terá livre acesso às repartições públicas municipais, podendo diligenciar pessoalmente junto aos órgãos da administração direta ou indireta, na presença do responsável pelo setor ou órgão, na forma da lei.
- (D) O Vereador, no exercício de seu mandato, terá acesso parcial às repartições públicas municipais, podendo diligenciar apenas com a devida autorização do Presidente ou Vice-Presidente junto aos órgãos da administração direta ou indireta, na presença do responsável pelo setor ou órgão, na forma da lei.

52

Com relação ao Planejamento Municipal, a Lei Orgânica do Município local dispõe que o Município organizará sua administração e exercerá suas atividades com base em um processo de planejamento de caráter permanente e contínuo, de forma descentralizada, com instrumento de gestão da cidade, de estrutura da ação do governo e

orientação da ação dos particulares. Nessa esfera, assinale a alternativa correta.

- (A) O Chefe do Executivo deverá apresentar o plano de governo, abrangendo o período de sua gestão no prazo máximo de 160 (cento e sessenta) dias, contados da data de sua posse.
- (B) O Chefe do Executivo deverá apresentar o plano de governo, abrangendo o período de sua gestão no prazo máximo de 160 (cento e sessenta) dias, contados da data do término das eleições.
- (C) O Chefe do Executivo deverá apresentar o plano de governo, abrangendo o período de sua gestão no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua posse.
- (D) O Chefe do Executivo deverá apresentar o plano de governo, abrangendo o período de sua gestão no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data do término das eleições.

53

Em observância ao exposto no artigo 90 do Regimento Interno da Câmara Municipal de São João da Boa Vista, com relação à inviolabilidade dos vereadores, assinale a alternativa correta.

- (A) Os Vereadores são invioláveis, no exercício do mandato, por suas opiniões, palavras e votos, salvo nos casos de injúria e difamação, ou nos de crimes previstos na lei de Segurança Regional.
- (B) Os Vereadores são invioláveis, no exercício do mandato, por suas opiniões, palavras e votos, salvo nos casos de injúria e difamação, ou nos de crimes previstos na lei de Segurança Nacional.
- (C) Os Vereadores são invioláveis, no exercício do mandato, por suas opiniões, palavras e votos, salvo nos casos de injúria, difamação, ou nos de crimes previstos no Código Penal Brasileiro e demais Tratados Internacionais.
- (D) Os Vereadores são invioláveis, no exercício do mandato, por suas opiniões, palavras e votos, salvo nos casos de injúria, difamação ou calúnia, ou nos de crimes previstos na lei de Segurança Nacional.

54

As Comissões Permanentes têm por objetivo estudar assuntos submetidos a seu exame, manifestar sobre eles opinião e preparar, por iniciativa própria ou indicação do Plenário, Projetos de Resolução ou de Decreto Legislativos, atinentes a sua especialidade. Com base no Regimento Interno da Câmara Municipal de São João da Boa Vista, assinale a alternativa que apresenta matérias em relação às quais que compete à Comissão de Justiça e Redação manifestar-se.

- (A) Prestação de contas do Prefeito e da Mesa da Câmara, mediante o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado, concluindo por projeto de decreto legislativo e projeto de resolução, respectivamente.
- (B) Proposições que fixem os vencimentos do funcionalismo, os subsídios e a verba de representação do Prefeito, Vice-Prefeito, Presidência da Câmara e dos Vereadores.
- (C) Todos os assuntos entregues a sua apreciação, quanto ao seu aspecto constitucional, legal ou jurídico e quanto ao seu aspecto gramatical e lógico,

quando solicitado o seu parecer por imposição regimental ou deliberação do Plenário.

- (D) Emitir parecer sobre os processos referentes à Educação, Ensino e Artes, ao patrimônio histórico, aos esportes, à higiene e saúde pública e às obras assistenciais.

55

A Câmara realizará sessões secretas, por deliberação tomada pela maioria de 2/3 (dois terços) de seus membros, quando ocorrer motivo relevante de preservação do decoro parlamentar. Com relação ao tema, utilizando o alicerce legal do Regimento Interno da Câmara Municipal de São João da Boa Vista, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Iniciada a sessão secreta, a Câmara deliberará, preliminarmente, se o objeto deve continuar a ser tratado secretamente, caso contrário a sessão tornar-se-á pública.
- (B) A Ata da sessão secreta será lavrada pelo Secretário, lida e aprovada na mesma sessão, será lacrada e arquivada, com rótulo datado e rubricado pela mesa.
- (C) A Ata lacrada em sessão secreta somente será reaberta para exame durante sessão ordinária, mediante o requerimento de 3 (três) vereadores que obrigatoriamente devem integrar a comissão de Justiça e Redação.
- (D) Será permitido ao Vereador que houver participado dos debates na sessão secreta, reduzir seu discurso a escrito, para ser arquivado com a Ata e dos documentos referentes à sessão.

56

Segundo o Manual de Redação da Presidência da República, edição 2002, quando da elaboração de atos normativos, deve-se avaliar, entre outras questões, se alguma providência relativa à determinado fato precisa ser tomada. Sob esse aspecto específico, deve ser examinado o seguinte quesito:

- (A) Qual o objetivo pretendido?
- (B) Qual foi o resultado da análise do problema?
- (C) De que maneira a população reagirá à lei editada?
- (D) O Poder Executivo estará coadunado com o diploma legal elaborado?

57

Suponha que você foi aprovado no concurso da Câmara de Vereadores e, como Analista Legislativo da Casa, precise redigir um documento dirigido ao Senador eleito representante da região de São João da Boa Vista. Assinale a alternativa em que o vocativo utilizado nesta situação seja correto.

- (A) Excelentíssimo Senador
- (B) Senhor Senador
- (C) Digníssimo Senador
- (D) Respeitado Senador

58

Ainda como analista legislativo, é solicitado a você que elabore, em nome da Câmara de Vereadores, um documento para tratar de assunto oficial específico, com

o Secretário de Educação da Prefeitura de São João da Boa Vista. Qual o documento mais adequado à situação?

- (A) Memorando
- (B) Aviso
- (C) Ofício
- (D) Carta

59

Em conformidade ao *Manual de Redação da Presidência da República*, edição 2002, por definição, uma Lei Complementar é aquela que:

- (A) é editada em caso de relevância e urgência.
- (B) contém normas gerais e abstratas, definidoras de condutas e de comportamentos fundamentais, e estão alinhadas com as definições gerais das cláusulas pétreas constitucionais.
- (C) não ostenta a rigidez dos preceitos constitucionais, resguardando, assim, certas matérias contra mudanças apressadas.
- (D) é hierarquicamente inferior à lei ordinária.

60

Em relação à redação moderna dos textos oficiais, é correto afirmar que:

- (A) Os pronomes de tratamento são sempre usados na 2ª. pessoa do plural, referente ao pronome vós, a fim de conferir maior formalidade ao texto.
- (B) São dispensáveis quaisquer indicadores de formalidade, uma vez que o mundo contemporâneo não comporta distanciamentos nem hierarquias.
- (C) Deve-se evitar, na introdução de um *Ofício*, formas semelhantes a “Tenho a honra de”, “Tenho o prazer de”, “Cumprir-me informar que”.
- (D) *Doutor* é, por instituição social, tratamento adequado de formalidade a toda e qualquer autoridade do Poder Legislativo.

ÁREA PARA RASCUNHO

ÁREA PARA RASCUNHO

ÁREA PARA RASCUNHO